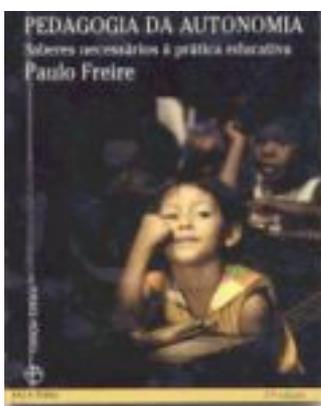


Autonomia como princípio educativo

Luiz Etevaldo da Silva *

Resumo: Este artigo tece considerações sobre a autonomia como princípio pedagógico para uma educação libertadora. São discussões dos contornos teóricos do texto de Paulo Freire, da obra *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. As reflexões tratam da dialética entre o ensinar e o aprender, o papel do educador no processo de ensinar a pensar e a estética no ato de ensinar.

Palavras-chave: processo, ensinar, aprender, autonomia



Introdução

Este artigo tece considerações acerca do primeiro capítulo da obra de Paulo Freire: *Pedagogia da autonomia – saberes necessários à prática educativa*. São recortes de suas idéias sobre a docência e a discência, entre o aprender e o ensinar numa relação dialética, centrando a reflexão referente à autonomia como princípio pedagógico para uma educação libertadora. No sentido de propiciar condições para que o educando desenvolva a subjetividade, crie suas próprias representações de mundo de acordo com suas concepções, construa argumentos e defenda um modelo de sociedade com mais cidadania.

São reflexões que têm como pressuposto pensar as principais idéias de Freire, para servir de elemento teórico para repensar a prática pedagógica em escolas de ensino básico e, desta forma, ressignificar as concepções freireanas e dar uma nova

performance ao processo de construção de conhecimentos e saberes, no qual o educando se percebe como sujeito do processo histórico e responsável pela sua condição social individual e, também, coletiva.

A dialética entre o ensinar e aprender se constitui numa relação fundamental para oportunizar um ambiente educativo dialógico, onde educador e educando, os dois aprendem e ensinam mutuamente. A autonomia pressupõe esta relação de interlocução e situações de aprendizagem cooperativas e solidárias. Neste processo, o papel do educador é indispensável como mediador do ensino-aprendizagem, para dar forma estética e ética ao ato de ensinar.

A dialética entre o ensinar e o aprender

Paulo Freire centrou a defesa de uma pedagogia que possibilitasse ao sujeito ter autonomia. Para este autor, a educação libertadora precedia do desenvolvimento da capacidade do indivíduo criar suas próprias representações do mundo, pensar estratégias para resolução de problemas e aprender a compreender-se como sujeito da história. A autonomia, segundo ele, é fundamental para construção de uma sociedade democrática e para criar condições de

participação política, onde as pessoas tenham vez e voz, digam o que desejam e que modelo de sociedade é melhor individual e coletivamente.

“A Pedagogia da autonomia (1996) é o lugar onde Paulo Freire escreve e reflete sobre esse conceito, colocando-o como princípio pedagógico para educadores que se dizem progressistas” (MACHADO, 2008, p. 56). Nela traz profundas reflexões acerca do ato de ensinar para constituir subjetividades inteligentes, capaz de reunir recursos para resolver situações-limite e criar condições para efetivar o inédito viável. Ele propõe problematizações em torno do conceito de autonomia para que o processo educativo se configure como instrumento de libertação. Para isso, é necessária uma postura epistemológica, uma relação dialética entre a teoria e a prática. “A reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação Teoria/Prática sem a qual a teoria pode ir virando bláblá e prática, ativismo” (FREIRE, 1998, p. 24).

A autonomia é uma construção cultural, não é algo natural, depende da relação do homem com os outros e destes com o conhecimento. Então, neste processo o ato de ensinar, defende Freire, é fundamental. E para ele, “(...) ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a produção ou a sua construção” (FREIRE, 1998, p. 25). Ensinar pressupõe relação dialógica, no qual docente e discente interagem dialeticamente com perguntas e busca de respostas para a problematização em curso. É um processo de interlocução, no qual indagações se sucedem à procura de inteligibilidade dos fenômenos sociais, culturais ou políticos; propõe a análise crítica, observando as diversas dimensões da conexão dos fenômenos, através do lançamento de hipóteses e definição de formas de entendimento. “Para Paulo

Freire, autonomia é libertar o ser humano das cadeias do determinismo neoliberal, reconhecendo que a história é um tempo de possibilidades” (MACHADO, 2008, p. 56).

“Ensinar inexiste sem aprender e foi aprendendo socialmente que, historicamente, homens e mulheres descobriram que era possível ensinar” (FREIRE, 2008, p. 26). No momento em que os homens/mulheres se aproximaram, sentiram necessidade de partilhar experiências para sobreviver, visto que o ser humano é um ser cultural, que necessita um dos outros para, historicamente, se constituir enquanto sujeito. Primeiro o homem aprendeu e depois descobriu que podia ensinar o saber aos outros. O partilhamento de experiências constitui esta lógica de aprender/ensinar. Mas não é algo descompromissado, exige que, epistemologicamente, se busque a decifração dos conceitos dos mais simples aos mais complexos. Para isso, é indispensável a postura crítica, para codificar e decodificar os fenômenos do mundo que nos cerca.

“(…) Ensinar não é transferir a inteligência do objeto ao educando, mas instigá-lo no sentido de que, como sujeito cognoscente, se torne capaz de entender e comunicar o entendido” (FREIRE, 1998, p. 134-5). É um processo que acontece mediante o envolvimento do indivíduo com o objeto do conhecimento, na tentativa de satisfazer sua curiosidade epistemológica. Sem querer aprender o ensinar se torna inócuo. É uma relação dinâmica entre o que ensina e o que aprende e ao mesmo tempo quem ensina aprende na relação dialógica. “A dialética entre o aprender e o ensinar constitui um ciclo gnosiológico, que se dá pela prática e pela pesquisa, favorecendo a autonomia dos educandos” (VASCONCELOS e BRITO, 2006, p. 98). O diálogo crítico

em torno do ato de conhecer e ensinar é condição, segundo Freire, para aprender a pensar com autonomia e saber realizar a leitura de mundo, buscar a compreensão e o entendimento das relações entre os homens, entre eles e a natureza, as coisas, o saber, a transcendência. Não esquecendo que, “todo processo de autonomia e de construção de consciência nos sujeitos exige uma reflexão crítica e prática, de modo que o próprio discurso teórico terá de ser alinhado à sua aplicação” (MACHADO, 2008, p. 57).

O papel do educador no processo de ensinar a pensar

O homem com autonomia está em condições de se emancipar. Produz pertinência em suas ações, defende seu ponto de vista de forma argumentativa e entende a verdade em movimento, sendo reconstruída constantemente; cria uma estrutura subjetiva, capaz de usar a racionalidade e a sensibilidade na defesa dos seus interesses individuais e coletivos. É um sujeito consciente de sua condição política na interação com o mundo e consegue desvelar os fenômenos que o impedem a visibilidade diante das decisões que precisa tomar. Ele, então, aprende a aproveitar as circunstâncias para agir. Neste sentido,

O educando se torna realmente educando quando e na medida em que conhece, ou vai conhecendo os conteúdos, os objetos cognoscíveis, e não na medida em que o educador vai depositando nele a descrição dos objetos ou dos conteúdos (FREIRE, 1996, p. 47).

Ou, ainda,

Assim, autonomia é um processo de decisão e de humanização que vamos construindo historicamente, a partir de várias, inúmeras decisões que vamos tomando ao longo da existência (MACHADO, 2008, p. 57).

O papel do docente é indispensável na constituição da subjetividade do educando. No momento que vai desvendando os segredos do pensamento e da estrutura argumentativa, por intermédio de uma visão crítica, vai se tornando inteligente o suficiente para compreender o mundo e compreender-se nele, rodeado por outros seres com interesses diversos. O sujeito enxerga as relações criticamente e aprende a olhar para as múltiplas dimensões e hipóteses das conexões de fenômenos que formam a realidade. Neste sentido, é importante que a cada momento reforce a curiosidade crítica do educando, ensine as formas de aproximar dos objetos cognoscíveis e entender sua teia de relações criticamente possíveis (FREIRE, 1996, p. 28-29).

Segundo Freire (1996, p. 29), ao educador cabe não apenas ensinar os conteúdos, mas ensinar a pensar certo, criar suas próprias representações da realidade, saber explicar os fenômenos a partir de suas conclusões. “É um pensar certo com quem fala com a força do testemunho. É um ato comunicante, co-participado” (MACHADO, 20-08, p. 56-57). O professor precisa apropriar-se de conceitos e dialeticamente lançar-se na decifração das configurações sociais, políticas, culturais, enfim, compreender a vida em sociedade no espaço e no tempo. Pois, “só, na verdade, quem pensa certo, mesmo que, às vezes, pense errado, é quem pode ensinar a pensar certo” (FREIRE, 1996, p. 30). Ou, ainda,

O professor que pensa certo deixa transparecer aos educandos que uma das bonitezas de nossa maneira de estar no mundo e com o mundo, como seres históricos, é a capacidade de, intervindo no mundo, conhecer o mundo. (FREIRE, 1996, p. 31).

Quem pensa certo utiliza a teoria e o repertório de experiências para criar

suas estratégias e táticas na hora de tomar decisões. Justifica suas ações racionalmente, mostrando as possibilidades e os limites possíveis nas situações difíceis. Analisa criticamente o mundo objetivo e o social, procura entender as tendências lógicas que dão sentido e significado ao mundo que os rodeia. O homem aprende a deduzir a partir de seus raciocínios, mediante os exames minuciosos dos problemas e das contradições circunstanciais. Firma sua convicção até quando outra surja para substituir a velha, pelo menos em parte. Isto é o que caracteriza o homem como um ser histórico: ver o mundo em movimento dialético e dinâmico; coloca a sua situação existencial no crivo da crítica, enquanto prática de se questionar e buscar superação do velho pensamento pelo novo, que se tornará velho amanhã.

Para aprender a pensar, segundo Freire (1998, p. 32), é necessário aprender a pesquisar. “Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino”. Os princípios do conhecimento pertinente se consolidam a partir da busca do desconhecido mediante o ato de pesquisar. Ninguém se torna inteligente sem esta condição. A curiosidade epistemológica precisa ser satisfeita com a procura de conhecer o objeto desconhecido e, assim, enquanto sujeitos pensantes e autônomos, frente a um mundo que diariamente mostra novas facetas para nós, as quais precisam se tornar inteligíveis, para poder compreendê-lo. “Enquanto ensino continuo buscando, procurando. Ensino porque busco, porque indago e me indago. Pesquisa para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo” (FREIRE, 1998, p. 32).

Mas, “ensinar exige respeito aos saberes dos educandos” (FREIRE, 1996, p. 33). O mundo que ele traz para dentro da escola precisa ser o ponto de partida

para iniciar a construção de novos conhecimentos. São os pré-conceitos para começar a pensar. Nós não começamos a pensar do nada; em tese, sempre temos pontos de referências para estabelecer o vínculo entre o que sabemos e o que não sabemos. Segundo Freire, o educador precisa respeitar os saberes das classes populares, para através desta relação conseguir a confiança deles, para criar condições de afetividade e um clima propício para uma relação dialógica. Seu mundo precisa ser problematizado para aprender a pensar de forma mais elaborada, condição para interagir no mundo contemporâneo. Todo conhecimento, por mais simples que seja, faz parte de uma complexa teia de relações, sempre é possível se compreender mais profundamente o senso comum, quando temos rigor metodológico para ligar as conexões entre as concepções e os princípios.

A estética e a ética no ato de ensinar

Para Freire (1996, p. 36), a estética do conhecimento está na boniteza, em ter condições de pensar, ter consciência como ser histórico-sociais, contribuir para um mundo melhor, através de postura ética, entendida como as reflexões entre a coerência dos nossos atos e suas conseqüências para com os outros. Segundo ele, “não é possível pensar os seres humanos longe, sequer, da ética, quanto mais fora dela. Estar longe ou pior, fora da ética, entre nós, mulheres e homens, é uma transgressão” (p. 37). A sustentação da vivência em sociedade é possível por causa da dimensão ética que permite o respeito ao outro, a solidariedade, o compromisso com o coletivo. A relação entre os homens, entre estes e a natureza e com a transcendência dependo das reflexões éticas que fazem antes de agirem.

A subjetividade do educando se forma no contexto de relações que acontecem

por meio do processo dialógico, do partilhar de experiências e da práxis, que redefinem os valores, a partir de referenciais éticos no tempo e no espaço. “Ensinar exige reflexão crítica sobre a prática” (FREIRE, 1996, p. 42). A vida cotidiana precisa ser submetida às interrogações permanentes para detectar os reais sentidos e significados. O exercício da docência pressupõe a relação teórica com a prática dialeticamente. “A prática docente crítica, implicante do pensar certo, envolve o movimento dinâmico, dialético, entre o fazer e o pensar sobre o fazer” (p. 42-3). A autonomia e a emancipação dependem desta capacidade de tornar inteligível o cotidiano à luz da teoria. A superação da primeira visão é o que esteticamente nos coloca em condições privilegiada no contexto social e cultural. Nossa humanidade se expande quando nos conseguimos perceber o mundo além das aparências.

A estética do conhecimento se mostra evidente quando aprendemos a pensar certo o mundo, ampliamos os horizontes de interpretação, conhecemos melhor, aprendemos a nos indignar diante das injustiças e nos alegamos nas situações de libertação, da expressão da vida, além da materialidade. Autoria do pensar implica responsabilidade, ética. O racional e o sensível são repertórios nas horas de decidir, fazer escolhas. O homem com estes atributos consegue transformar os obstáculos em possibilidades. Assim, criar condições para mudança das estruturas e processos sociais negadores de cidadania. Ter, desta forma, uma subjetividade aberta

para as condições objetivas e subjetivas, ver o mundo por várias perspectivas.

Considerações finais

A autonomia, enquanto confiança em si, como sujeito da história e responsável por suas decisões, torna-se uma categoria conceitual fundamental no processo educativo progressista, que tem a liberdade como utopia. Educar na contemporaneidade, na perspectiva de criar condições para mudanças nas estruturas e processos sociais, culturais, econômicos ou políticos pressupõe-se pensar na autonomia como fundamento da emancipação intelectual e de ação.

Educar para constituir subjetividades autônomas requer uma pedagogia que oportunize ao educando aprender a pensar e decifrar as relações de poder inerentes ao processo social e político

Para o sujeito se tornar autônomo precisa aprender a estabelecer conexões entre as diversas dimensões do processo social, político e cultural. Neste sentido, ler Paulo Freire é indispensável, sobretudo a obra que utilizei com referência para refletir e fazer as enunciações pertinentes ao tema.

Referências

- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- MACHADO, Rita de Cássia de Fraga. Autonomia. In: STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (org.). *Dicionário Paulo Freire*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- VASCONCELOS, Maria Lucia Marcondes Carvalho & BRITO, Regina Helena Pires de. *Conceitos de educação em Paulo Freire*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

* LUIZ ETEVALDO DA SILVA é Mestrando em Educação nas Ciências (UNIJUÍ/RS) e docente da rede de ensino básico do Estado do RS.